

# Portugal, 1143-1496: uma pessoa política, muitas pessoas linguísticas

Paulo Feytor Pinto<sup>1</sup>

Durante os últimos séculos, até o final do século XX, Portugal foi recorrentemente considerado um dos poucos países monolíngues da Europa e do mundo. No entanto, essa não foi a situação linguística do país desde a sua fundação. Na verdade, só depois do édito de expulsão de judeus e muçulmanos, de 1496, se encetou o longo processo de eliminação da diversidade linguística.

Quando, no século XII, Portugal se tornou independente, a maioria da população do novo reino falava variedades meridionais do galego, ou galego-português, língua partilhada com os vizinhos da Galiza. A primeira manifestação escrita conhecida desta língua em Portugal é a Notícia de Fiadores de Paio Soares Romeu, de 1175. A leste, porém, predominavam os falantes de leonês, devido a sucessivas vagas de povoadores oriundos de Leão – em territórios de Trás-os-Montes, incluindo as terras de Miranda – e à posterior integração de Riba Côa - território a oriente do rio Côa, nos actuais concelhos do Sabugal, Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz Côa -, em 1297, enquanto na raia e nas cidades e vilas do litoral, havia, há muitos séculos, judeus falantes da língua da maioria, mas conhecedores do hebraico, oral e escrito. Nas primeiras décadas da nacionalidade, regista-se ainda uma importante presença de francófonos cuja língua já era escrita, pelo menos, desde o século IX.

Com o pai de D. Afonso Henriques, um borgonhês, terão vindo, para o ainda Condado Portucalense, outros cavaleiros falantes de variedades do francês antigo sendo segura a sua presença, em Guimarães, nos últimos anos do condado. Na primeira metade do

---

<sup>1</sup> Professor de Português com mestrado em Relações Interculturais e doutoramento em Política de Língua, actualmente presidente da Associação de Professores de Português.

século, os bispos de Braga e do Porto eram francos tal como, mais tarde, a primeira rainha de Portugal, D. Mafalda de Sabóia.

Com o avanço das fronteiras para sul, muitos cruzados envolvidos na campanha militar vieram a participar na colonização das terras conquistadas. Após a tomada de Lisboa, foram doadas a cavaleiros francos terras em Alenquer, Azambuja, Lourinhã e Óbidos. Seguiram-se Sesimbra e Silves. No início do século XIII, uma vaga de povoadores provençais instala-se no norte alentejano, com destaque para o actual concelho de Nisa. Para o surto demográfico que se registou na época terão também contribuído povoadores norte-europeus falantes de inglês e de neerlandês, línguas com documentos escritos conhecidos desde o século XI e X, respectivamente.

A integração, no reino, de territórios a sul do Tejo resultou num aumento da diversidade linguística ainda, e principalmente, devido às populações autóctones que aí permaneceram depois da conquista concluída com a tomada de Faro, em 1249. Com efeito, a população portuguesa passou a incluir falantes cristãos de moçárabe, conjunto de variedades românicas arabizadas próprias das zonas rurais de todo o sul peninsular de então. Além da sua língua materna, os moçárabes também falavam o árabe dialectal hispânico, língua semítica com tradição escrita e literária e cerca de 10% de léxico de origem latina. Tratava-se da língua da população islâmica dos novos centros urbanos meridionais portugueses.

A partir de 1170, e ao longo de todo o século XIII, Portugal concedeu estatuto jurídico a comunidades arabófonas em Leiria, Santarém, Alenquer, Sintra, Lisboa, Almada, Palmela, Setúbal, Alcácer do Sal, Avis, Estremoz, Elvas, Évora, Moura, Serpa, Beja, Silves, Loulé, Faro e Tavira. A aceitação controlada da autonomia destas comunidades se, por um lado, as congregava em bairros próprios, as mourarias, por outro, permitia o livre uso da sua língua materna, inclusivamente em escrituras públicas. Nos territórios conquistados a sul havia ainda comunidades judaicas arabizadas conhecedoras do hebraico.

Sendo as variedades linguísticas mais faladas em Portugal, nos séculos XII e XIII, o galego-português, o leonês, o moçárabe, o árabe hispânico e o francês, e apesar da presença do árabe e do hebraico com longa tradição escrita, era o latim, sem falantes

nativos, que, como no resto da Europa cristã de então, predominava em funções da administração, do ensino e da cultura. O latim era a língua litúrgica da Igreja católica majoritária, a língua da produção livreira e do ensino formal. Os livros manuscritos eram essencialmente obras ou tratados religiosos produzidos nos mosteiros de Santa Cruz, em Coimbra, e de Alcobaça. Neste, veio a constituir-se a maior biblioteca medieval portuguesa incluindo códices de interesse didáctico utilizados na escola teológica do mosteiro que, como as restantes escolas monásticas, episcopais – em Braga, Porto, Coimbra e Lisboa - e paroquiais, visava a educação religiosa. Para tal, era necessário ensinar o latim e a sua escrita. Com efeito, por constituir a base de todo o outro ensino, a Gramática latina terá sido a única disciplina linguística generalizadamente ensinada em Portugal, até ao século XV.

Porém, no domínio cultural o latim não era a língua exclusiva. Por um lado, o galego-português desempenhava uma função relevante na literatura oral trovadoresca constituída por poesia e narrativa versificada. Nesta produção literária, de cariz mais ibérico que especificamente português, também participavam, em Portugal, trovadores galegos, leoneses e castelhanos. Por outro lado, verificava-se o desenvolvimento de actividades de tradução para português de obras em latim, francês, castelhano e italiano, primeiro no mosteiro de Alcobaça, depois, a partir do reinado de D. Afonso III (1248-1279), também na corte. Além disso, o facto de portugueses fazerem estudos em escolas universitárias estrangeiras, terá aumentado, entre os detentores do conhecimento, o número de falantes de castelhano, francês e italiano como língua não materna.

No domínio administrativo, a crescente utilização do galego-português em documentos públicos e privados ao longo do século XIII culminaria no seu uso generalizado em todos os documentos oficiais, incluindo actos e processos judiciais, a partir do reinado de D. Dinis (1279-1325). Como consequência, o latim veio a ser preterido também em documentos eclesiásticos. Entretanto, o contacto frequente e prolongado entre as variedades meridionais do galego e as variedades românicas moçárabes, a par da já centenária separação política entre Portugal e a Galiza, esteve na origem da diferenciação da língua de Portugal face à língua dominante a norte do Minho.

A partir de 1385, com D. João I, assiste-se à emergência de uma nova classe de proprietários, cartógrafos, construtores navais e mercadores, com representação em Cortes, que implicou uma reorganização do uso do latim e do português. Por um lado, este mostrava-se capaz de assegurar funções administrativas, literárias e científicas e, por outro, o latim medieval, que no registo oral apresentava uma grande variação regional, era desconhecido da maioria da população. Após 1434, haveria população alfabetizada, masculina e em latim, apenas nas terras com mais de 400 homens. Durante o século XV, mesmo entre os prelados, era pouco, por vezes nenhum, o conhecimento do latim. Apesar do alargamento, a nível universitário, do seu estudo à Retórica, na segunda metade do século, regista-se uma carência generalizada de professores de Gramática latina, que afectou o próprio mosteiro de Alcobaça.

Para esta alteração das funções do latim e do português na sociedade portuguesa de Quatrocentos terá também contribuído a actividade de tradução. Com efeito, o ponto de partida para a reflexão e os estudos linguísticos em Portugal foi o trabalho de fixação das regras de tradução do latim para português, desenvolvido pelo rei D. Duarte (1391-1438). Este trabalho que, seguindo a tendência da época, privilegiou o recurso ao português (escrito) tal como era falado, baseou-se na actividade tradutória da “escola de tradutores” do seu irmão, o Infante D. Pedro (1393-1449). Não menos importante terá sido a tradução, pelos portugueses judeus, de textos clássicos directamente do árabe para português e castelhano, preterindo, assim, o latim. A produção livreira, manuscrita, deixa, pois, de ser um exclusivo dos conventos e, no final da década de 1480, apesar de continuar a predominar o livro manuscrito, são produzidos os primeiros livros impressos, todos de carácter religioso. O primeiro livro impresso em Portugal foi o *Pentateuco*, em hebraico (Faro, 1487), e o primeiro livro impresso em português foi o *Tratado de Confissom* (Chaves, 1489). A comunidade judaica, a quem se deve a introdução da imprensa em Portugal e que dominava a sua língua litúrgica, registou, então, um grande crescimento, passando de 32 comunidades reconhecidas, com a respectiva judiaria, no século XIV, para 139, no final do século seguinte. Por essa altura, 4% da população residente em Portugal, especialmente na raia alentejana e beirã, saberia hebraico essencialmente para fins litúrgicos.

À redução das funções do latim, porém, não correspondeu um aumento do uso só do português, mas também do castelhano. Se, durante a Idade Média, dominara a opinião de que o castelhano e o galego-português seriam duas variedades de uma mesma língua, a partir de meados do século XV, o castelhano começou a ser encarado como a língua de maior prestígio cultural e literário, a *língua de cultura*. Além de ser utilizado por portugueses bilingues – nobres, judeus e poetas –, o castelhano era-o também pelo número crescente de professores universitários estrangeiros. Não no exercício da docência, onde se mantinha a exclusividade do latim.

Além das alterações no papel do português, do castelhano e do latim, acentua-se, nos séculos XIV e XV, a diversidade linguística observada em Portugal desde a sua fundação e expansão para sul. Apesar do início do seu abandono, a partir do século XIV, e da proibição da sua utilização em escrituras, por volta de 1400, o árabe continuou a ser a língua materna de muitos portugueses. Os que abandonavam a língua, nem sempre abandonavam o seu alfabeto, adoptando-o na escrita do português, a escrita aljamiada. Durante o século XV, a comunidade arabófona tornou-se mais numerosa, na sequência das conquistas portuguesas no norte de África – Ceuta (1415), Alcácer Seguer (1458), Tânger (1471) e Arzila (1471) –, e alguns dos seus membros integraram, como intérpretes, as primeiras expedições ao longo da costa ocidental africana. À medida que estas expedições avançavam para sul, desembarcavam no Algarve e em Lisboa falantes de línguas até então desconhecidas dos portugueses e dos restantes europeus. A partir de 1441, falantes de línguas africanas do grupo ocidental atlântico e, depois de 1482, falantes de línguas bantas vindos de um continente de que, até então, se considerava que o árabe era a única língua autóctone. Em Lisboa, haveria escravos-intérpretes de todas as “novas” línguas africanas identificadas, de modo a garantir que em cada viagem houvesse um intérprete capaz de assegurar a comunicação indispensável com as gentes da costa. Em 1477, foi concedida a alforria ao primeiro escravo-intérprete africano de que há notícia, João Garrido, natural da Guiné.

Entretanto, ao longo dos séculos XIV e XV, a actividade mercantil a distância, assente na navegação marítima, levou à fixação, essencialmente em Lisboa, mas também em outros portos

portugueses, de muitos estrangeiros. O grupo mais numeroso seria o dos mercadores italianos, essencialmente falantes de variedades setentrionais. A eles, juntavam-se os portugueses com estudos realizados em Itália. Este foi, aliás, o país mais visitado por portugueses durante o século XV. Registou-se ainda a presença significativa de falantes nativos de catalão, basco, inglês e neerlandês. As duas últimas línguas, e o francês, seriam ainda conhecidas por estudiosos portugueses. Por fim, persistia, na raia beirã e transmontana, o domínio de variedades leonesas.

É, pois, claro que em Portugal a pessoa política é muito anterior à unidade linguística (e cultural). Como se viu, durante os primeiros 350 anos de nacionalidade, os portugueses falaram e/ou escreveram muitas e variadas línguas – árabe, hebraico, leonês, castelhano, francês, provençal, latim, italiano –, apesar do evidente domínio do português após a fusão do galego meridional com o moçárabe ocidental. Não será certamente uma coincidência o facto de o período de maior diversidade linguística e cultural corresponder ao período em que Portugal encetou, com Espanha, o processo de globalização acelerado nas últimas décadas.

## Referências Bibliográficas

- Bethencourt, Francisco & Chaudhuri, Kirti (dir)(1998). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Calvet, Louis-Jean (1999). *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon.
- Carvalho, Rómulo de (2001). *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mateus, Maria Helena Mira (coord)(2001). *Caminhos do Português*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Mattoso, José (dir)(1992-1993). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Oliveira Marques, A. H. de (1995). *Breve História de Portugal*. Lisboa: Presença.
- Pinto, Paulo Feytor (2001). *Como Pensamos a Nossa Língua e as Línguas dos Outros*. Lisboa: Estampa.
- Saraiva, António José (1991). *A Cultura em Portugal, vol.II*. Lisboa: Gradiva.
- Saraiva, António José & Lopes, Óscar (1976). *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Sidarus, Adel (ed) (2001). *Islão Minoritário na Península Ibérica*. Lisboa: Hugin.

Swiggers, Pierre (1997). *Histoire de la pensée linguistique*. Paris: Puf

Teyssier, Paul (1993). *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.

Veríssimo Serrão, Joaquim (1995). *História de Portugal*. Lisboa: Verbo.